

## OS ARQUIVOS JORNALÍSTICOS COMO FONTES PRIMÁRIAS PARA A HISTORIOGRAFIA

Journalistic archives as primary sources  
for historiography

Mateus de Moura Rodrigues  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)  
[mateusmrodrigues@gmail.com](mailto:mateusmrodrigues@gmail.com)

### RESUMO

O presente texto reflete sobre os acervos jornalísticos enquanto fontes primárias para a historiografia. Para tanto, aborda os documentos a partir da compreensão do surgimento, evolução e papel dos arquivos, perpassando o desenvolvimento da arte da escrita e suas motivações registras, e o documento como objeto de memória. A estas questões são atreladas as bibliotecas e, neste caminho, chega-se especificamente ao caso dos acervos jornalísticos enquanto conjuntos documentais que possibilitam o estudo do cotidiano e das mentalidades, sendo passíveis de tratamento técnico, a fim de garantir sua preservação e acesso como fonte de pesquisa histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** fontes primárias; arquivos jornalísticos; historiografia; bibliotecas.

### ABSTRACT

This text reflects about the journalistic collections as primary sources for historiography. So, it approaches documents since the understanding the arising, evolution and role of archives, running through the development of the art of writing and its motivations to register, and the document as a memory object. The libraries are linked to these issues and, on this path, it comes specifically to the case of journalistic collections as documentary collections that supports the study of daily life and mentalities, being subject to technical processing in order to guarantee its preservation and access as a source of historical research.

**KEYWORDS:** primary sources; journalistic archives; historiography; libraries.

Avalizar o valor documental de acervos jornalísticos não é, de todo, uma tarefa complexa. Porém, há que se compreender que os escritos oriundos da imprensa são anais que envolvem uma vastidão de contextos, sejam eles temporais, políticos, sociais, entre outros.

Retratar fatos noticiosos é um registro resultante da ação humana, o que para Bellotto já se configura como um documento. A autora, inclusive, cita artigos de revistas e jornais como exemplos de documentos. O legado histórico é precedido pelos acervos, principalmente os documentais. Abordar a historiografia sem ater-se à pesquisa tendo a documentação como fonte é, em suma, impossível.

O documento é um registro presente em todas as frentes da sociedade, seja no âmbito pessoal, público ou privado. Estes registros são atestados dotados de autenticidade e fidedignidade, características imprescindíveis para a confiabilidade enquanto manancial de informação.

A estes deve-se a premissa de fonte para a pesquisa histórica, e são nos arquivos que residem os apontamentos formais de atos e fatos que culminaram na evolução da sociedade, permitindo ao historiador ater-se aos mesmos de modo a extrair sua visão dentro do contexto a que se propõe.

Deste modo, é necessário compreender o surgimento e evolução dos arquivos, bem como sua presença no âmbito das instituições, e a premissa do uso dos acervos jornalísticos como fonte de

pesquisa documental. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo vislumbrar os arquivos enquanto fonte primária para a pesquisa histórica, a partir de um apanhado teórico, oferecendo uma visão reflexiva acerca do tema.

A partir do surgimento da escrita enquanto meio de registro para as mais diversas intenções e necessidades humanas, a sociedade se desenvolveu sobre um dos marcos mais significativos para sua existência e consolidação: o documento.

Esta entidade, da qual muitas vezes emana a pura, irrestrita e burocrática formalidade, cumpre papel decisivo para o entendimento de cenários que, muitas vezes, já não pertencem ao tempo presente. Este mote formal intrínseco compete à ideia de documento sob um ponto de vista limitado, pertencente àqueles que não conhecem o significado do mesmo para além do vocábulo.

Tal entendimento é evocado, especialmente, devido aos fins para os quais documentos são produzidos no âmbito das administrações. Estes são bastante semelhantes aos que Zilberman aponta como decisivos para os sumérios, criadores do alfabeto cuneiforme aproximadamente quatro mil anos antes de Cristo, para criar registros de cunho testemunhal de movimento e contabilização de bens.

Sabe-se, contudo, que a escrita era restrita à nobreza, a qual era tida como privilegiada, como narra Brito:

[...] na Grécia restringia-se aos filósofos e aristocratas, enquanto que em Roma a escrita tornou-se uma forma de garantir os direitos dos patrícios às propriedades. Na Idade Média uma minoria da população era alfabetizada, somente nos mosteiros e nas abadias que se encontravam as únicas escolas e bibliotecas da época, e era lá que se preservavam e restauravam textos antigos da herança greco-romana. (BRITO, 2010, p. 6).

Manguel explica o desenvolvimento da arte da escrita como algo que nasceu para incrementar a natureza da comunicação entre os seres humanos. O autor também atribui o surgimento da escrita à motivação registral de transações comerciais da época, ou seja, documentar um ato jurídico:

Com toda probabilidade, a escrita foi inventada por motivos comerciais, para lembrar que um certo número de cabeças de gado pertencia a determinada família ou estava sendo transportado para determinado lugar. Um sinal escrito servia de dispositivo mnemônico: a figura de um boi significava um boi, para lembrar o leitor que a transação era em bois, quantos bois estavam em jogo e, talvez, os nomes do comprador e do vendedor. A memória, nessa forma, é também um documento, o registro de tal transação. (MANGUEL, 1997, p. 206).

Neste contexto, não cabe avaliar puramente a existência e o objetivo do emprego da escrita. As circunstâncias nas quais a mesma veio a se desenvolver e foi empregada não permaneceram inalteradas no decorrer da história. Do mesmo modo, o documento, que invariavelmente era produzido e utilizado para fins de registro, passou a ser visto como uma fonte de memória e esta prerrogativa deu origem aos primeiros arquivos.

Garcia, Penna e Richter firmam que estas instituições surgiram aproximadamente 3.600 anos antes de Cristo no interior de templos e palácios das civilizações antigas:

Desde o momento em que o ser humano teve conhecimento do mundo que o rodeava, elaborou e preservou documentos úteis ao funcionamento de sua vida econômica, política, administrativa, social e religiosa. Os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas. Eles existem desde o momento em que o homem decidiu fixar, por escrito, suas relações como ser social. A criação dos documentos foi uma necessidade para o registro da memória, exercício do poder e reconhecimento de direitos. (GARCIA; PENNA; RICHTER, 2004. p. 24).

As autoras, ainda, repercutem a evolução dos arquivos, a qual acompanhou a evolução da sociedade, destacando a importância dos documentos como instrumento de transmissão de informações, sobretudo durante o movimento iluminista.

Porém, a evolução mais relevante deu-se somente no século XIX, quando os arquivos passaram de meros arsenais de armas jurídicas para locais de pesquisa histórica. Tal fato foi impulsionado pelo Romantismo Histórico, no qual prevalecia a glorificação do passado e do patrimônio documental e literário. Neste contexto, os eruditos pesquisadores e historiadores fizeram com que os arquivos deixassem de ser meras repartições estatais, tornando-se instituições culturais, prevalecendo, a partir de então, a pesquisa documental norteadas pela heurística e pela crítica histórica (cf. GARCIA; PENNA; RICHTER, 2004).

Esta escala evolutiva dos arquivos, como não poderia deixar de ser, ao final do século XIX levou a novas concepções envolvendo a criação dos arquivos nacionais e o surgimento dos princípios básicos da metodologia arquivística.

As autoras ainda consideram este desenvolvimento dos arquivos e sua reconhecida importância cultural como algo que culminou no chamado Universalismo Arquivístico, que contempla tanto a tradição histórica quanto a dimensão administrativa. A partir de então, e até os dias atuais, os arquivos cumprem papel social de extrema relevância, tendo a gestão como prática primordial e indissociável à preservação do patrimônio histórico-documental da humanidade.

Zilberman, ao abordar o sistema de escrita sumério, considera que o objetivo de explorar ou prover o assentamento de registros para fins de prova documental foi de caráter primordial. Porém, o uso deste alfabeto para além dos documentos deu-se, pela primeira vez, com o registro do poema épico Gilgamesh, cerca de dois mil anos antes de Cristo. Esta obra pertenceu ao maior acervo pré-helênico de obras do oriente e resistiu a um soterramento de mais de 2.500 anos, até ser encontrado na segunda metade do século XIX:

[...] levou um certo tempo para a escrita eleger a poesia como seu objeto. Talvez porque esse uso particular da linguagem não detivesse um status diferenciado, como veio a acontecer entre os atenienses do século V a. C. e, com mais intensidade, após o século IV a.C. Talvez porque, pelo contrário, ele detivesse um status muito diferenciado, próximo à religião, constituindo, pois, matéria acessível tão somente a eleitos, como sacerdotes e membros da elite. Foi por manter os laços com a religião que, entre alguns povos, narrativas e versos de teor mítico e heroico vieram a ser objeto tanto do registro escrito, quanto de sua conservação, garantindo-lhe a sobrevivência ao longo do tempo. (ZILBERMAN, 2003, p. 1).

Percebe-se, pois, que o advento dos primeiros escritos literários sofreu forte influência da religião sobre o que mereceria registro, além do fato de que o uso e a apreciação da linguagem escrita eram de caráter elitista.

A exaltação dos autores e o reconhecimento da literatura decorreu de acontecimentos marcantes, como a desvinculação da poesia da religião e o surgimento de novos suportes para a escrita, entre eles o papiro, mais acessível e, conseqüentemente, mais popular (cf. ZILBERMAN, 2003).

A autora narra também como marcos de grande importância, a criação das primeiras bibliotecas para custodiar toda produção literária já escrita:

Ptolomeu [...] funda em Alexandria, capital de seu império, uma biblioteca para acolher e estudar toda produção escrita da Antiguidade. Com a ajuda do orador Demétrio, a quem autoriza a coleta de todos os livros existentes no mundo então habitado, oriundos de poetas, prosadores, retóricos, sofistas, historiadores, chega a reunir aproximadamente quinhentos mil volumes [...] Não muito tempo depois, Pérgamo [...] não fica atrás, e logo sua biblioteca também se destaca por congrega cerca de quatrocentos mil volumes.

[...] Mas esse processo depende da existência e difusão de uma tecnologia – a de produção do material destinado a acolher a escrita; e da consolidação de uma prática – a de valorizar o produto emanado da linguagem poética, que traduz o mito, e apresenta-se como ensinável e apreensível.

Tecnologia e ideologia dão as mãos, conferindo à escrita uma tarefa fundamental na sociedade, a de participar na formação do cidadão. Essa, contudo, depende de se eleger um ou mais gêneros da linguagem que possam se adequar à efetivação daquela incumbência. (ZILBERMAN, 2003, p. 4).

Percebe-se, dentro deste contexto, que a leitura, em sua trajetória, caminha de um elemento pertencente a indivíduos ditos privilegiados, para abarcar a sociedade de um modo geral. Assim, conjectura-se que os espaços de leitura cumpriram e continuam cumprindo o papel de democratizar tal benefício.

Darnton chancela este raciocínio ao abordar os arquivos das bibliotecas. Para o autor, estes espaços compreendem os acervos documentais não bibliográficos pertencentes a estas instituições e cumprem papel relevante para a compreensão do contexto de uma história da leitura:

Os arquivos das bibliotecas circulantes oferecem uma melhor oportunidade de estabelecer conexões entre os gêneros literários e as classes sociais, mas são poucos os que restaram. Os mais notáveis são os registros de empréstimos da biblioteca ducal de Wolfenbüttel, que vão de 1666 a 1928. De acordo com Wolfgang Milde, Paul Raabe e John McCarthy, eles mostram uma “democratização” significativa da leitura nos anos 1760: o número de livros emprestados duplicou, os usuários pertenciam a camadas sociais mais baixas (incluindo alguns carregadores, lacaios e oficiais de baixa patente no exército), e a matéria de leitura passou a ser mais leve, indo de volumes eruditos para romances sentimentais. (DARNTON, 2010, p. 178).

Para tanto, é importante compreender o conceito de documento e seu papel no seio da instituição, como objeto tangível e de valor memorial, conforme postula Moreno:

Os documentos de arquivo são os produzidos por entidades públicas ou privados, ou por uma família ou pessoa, no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânica entre si, isto é, a informação contida num documento complementa a informação existente em outro. Tem características próprias e bem definidas, que o distingue dos demais, não pelo suporte sobre o qual está constituído, mas pela razão de sua origem ou função pela qual é criado. (MORENO, 2008, p. 83).

Além dos documentos constitutivos da instituição biblioteca, que definem e guardam sua memória, também deve-se considerar aqueles documentos que não foram produzidos ou recebidos para fins administrativos da mesma, ou seja, de suas atividades meio e fim. As bibliotecas comumente também armazenam em seus acervos documentos que foram doados para salvaguarda, e que também servem de fonte para a pesquisa histórica, tanto referente à instituição e suas relações com o contexto que a cerca, quanto sobre a figura humana ou institucional à qual tais documentos dizem respeito.

Silva ilustra esta situação referindo-se, em termos gerais, às coleções de museus, mas menciona também as bibliotecas dentro deste mesmo contexto:

Os museus trabalham com coleções. O que vimos até agora é que os documentos de arquivo não são colecionados, eles são produzidos pela instituição e existe legislação respaldando as atividades. Mas os museus colecionam documentos que, muitas vezes, foram retirados de seu contexto por diversas razões, e foram

vendidos ou doados a museus, arquivos e bibliotecas. Assim, eles acabam sendo considerados como peças isoladas, recebendo tratamento individualizado. (SILVA, 2008, p. 65-66).

A autora também destaca as funções das instituições museológicas, as quais assemelham-se às das bibliotecas no tocante aos seus arquivos:

Os arquivos de instituições museológicas, em geral, possuem essa dupla função: recolher e colecionar. O que percebo é que os arquivos de museus têm essas duas missões. [...] Esses documentos possuem valor histórico, valor este que não é mais aquele para os quais foram criados. O valor histórico é o que interessa [...], pois é um serviço voltado para a área fim da instituição: pesquisa na área de história da ciência. E é o mesmo interesse histórico de outros museus também. (SILVA, 2008, p. 66).

Sabe-se que os acervos documentais são fonte de pesquisa historiográfica, haja vista que os mesmos são autênticos e fidedignos pela óptica arquivística, desde que resguardados os caracteres e quesitos que lhe conferem tal condição. Assim, é nos documentos de arquivo que residem as verdades que descrevem a realidade emanada de uma determinada época e seu contexto sociocultural, de maneira irrefutável e ímpar, não restando repúdio à informação que está fixada em seu suporte material e chancelada pelos seus signatários.

Neste sentido, infere-se que, a partir do escrutínio dos acervos documentais das bibliotecas é possível associar-se, por exemplo, uma determinada realidade social local à instalação da instituição, à disponibilidade de obras, aos hábitos de leitura da época, entre outros fatores que se deseja explorar.

No campo da História da Literatura, as fontes primárias vão além do conceito formal de documento. Tal conceito, já apresentado anteriormente, é sintetizado por Bellotto da seguinte forma:

É qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, para atividade humana. (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Entende-se, então, que todo e qualquer material de registro resultante da ação humana pode vir a ser considerado documento. Aliado ao entendimento de que as fontes primárias se estabelecem para contar a história (cf. ZILBERMAN, 2003), postula-se que os documentos cumprem com este requisito, podendo serem considerados fontes primárias para a pesquisa historiográfica.

Entrosado a estas questões, é evidente que o conceito de documento engloba todos os fazeres da humanidade, inclusive sendo um veículo de informação, como é o caso dos periódicos oriundos do fazer da imprensa.

No contexto dos arquivos jornalísticos, Constante e Barichello, sintetizam o entendimento de fontes primárias, secundárias e terciárias da seguinte maneira:

A fonte é considerada primária se o material é original, secundária quando traz o resultado da interpretação e avaliação de uma fonte primária e terciária sempre que traz a reunião de dados resultantes de fonte primária e secundária. O jornal, por exemplo, quando tem como narrativa um artigo inédito, sem a intervenção de outro jornalista, é considerado como fonte primária; e, como secundário, um artigo baseado em uma retórica anterior, trazendo subsídios de outras fontes. (CONSTANTE; BARICHELLO, 2018, p. 83).

A partir deste entendimento, a prerrogativa para consideração do jornal como fonte primária reside na origem das narrativas constantes em seus artigos de maneira inédita, sem revisitar uma retórica anterior já veiculada. No entanto, o discurso jornalístico há de estar apoiado na veracidade dos fatos noticiados para que estas fontes possam se constituir em manancial de informação fidedigna para pesquisa.

Pena (2012) esclarece que as fontes de informação podem ser oriundas do governo ou de instituições ou associações ligadas ao poder. Neste caso são consideradas fontes oficiais, e podem, segundo a autora, serem fontes tendenciosas, valendo-se de interesse próprio para manipular a informação ou esconder fatos relevantes. As fontes podem, também, serem oficiosas, quando fornecem informações não autorizadas de um representante das esferas oficiais; e independentes, quando não possuem nenhuma ligação com estas, e sem associação direta com a adversidade.

Contudo, mesmo atento a estas classificações, Pena indica que a credibilidade do discurso jornalístico sempre deve poder ser chancelada mediante a apresentação ou disponibilização de documentos e demais mananciais complementares que comprovem os fatos noticiados.

De acordo com Constante e Barichello, até a década de 1930 os jornais não eram aceitos como fontes de pesquisa histórica. Sua função era apenas serem instrumentos de difusão de informação noticiosa a serviço do cidadão. Para os historiadores, os registros eram demasiado fragmentados e dotados de interesses, fornecendo panoramas subjetivos e parciais da realidade. Este pressuposto foi revisto posteriormente, e a partir de então, com a renovação das práticas historiográficas voltadas à interdisciplinaridade e ao crescente interesse pela memória coletiva, o jornal passou a ser reconhecido como fonte.

Segundo Karawejczyk, “os historiadores têm, cada vez mais, incorporado periódicos no seu arsenal de consulta, muitas vezes utilizando-os como fonte exclusiva” (KARAWEJCZYK, 2010, p. 132). Este fenômeno pode ser explicado pelo que postula Le Goff, que vê o alargamento do conceito e da aceitação do documento enquanto fonte a partir dos anos 60, como causador do que chama de “revolução documental”, qualitativa e quantitativamente.

Le Goff, contudo, alerta que esta revolução não deve se configurar num desvio do historiador do seu dever principal, que é a crítica ao documento enquanto monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2013, p. 495).

Também nesta linha, Hunt (2001) compactua com a análise, oferecendo seu ponto de vista ao chamar atenção para as possíveis manipulações dos documentos utilizados como fonte de pesquisa histórica, alertando que os mesmos podem ter sido escritos por autores com determinadas intenções. Neste caso, cabe ao historiador fazer uso de seu senso crítico, fundamento inerente ao método de pesquisa histórica.

Le Goff ressalta, ainda, que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. (LE GOFF, 2013, p. 496-497).

Neste contexto, o uso de jornais como fonte é um ato indissociável do referido senso crítico, afinal há sempre a possibilidade de dissonância entre o fato noticiado, a escrita e a leitura. Estes três

elementos são rodeados de contextos que abarcam uma gama complexa, a qual foge à formalidade da produção de um documento que se vale dos princípios arquivísticos.

Para Constante e Barichello:

O jornal impresso é resultado das ações de uma entidade compósita, que compete ao campo da Comunicação apropriar-se do conhecimento teórico e prático das suas atividades jornalísticas. A aceitação do jornal como fonte de pesquisa, todavia, precisa de um exame crítico por meio da contribuição de conhecimentos de certas áreas científicas. Inicialmente é preciso ter acesso aos jornais, geralmente, custodiados por instituições arquivísticas ou bibliotecárias. (CONSTANTE; BARICHELLO, 2018, p. 83-84).

Um periódico, ao ser produzido, não possui razão de ser diferente daquela que é servir como manancial de notícia e informação. Logo, declarar estas produções como documento, e fonte, decorre de uma análise minuciosa que perpassa, inclusive a consolidação de acervos jornalísticos como patrimônio documental.

Constante e Barichello problematizam esta questão ao considerarem:

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) considera o jornal como patrimônio documental, entretanto, esse reconhecimento nunca foi um consenso. Por isso, entende-se que é necessário conhecer como as histórias que viram notícias são produzidas e publicadas para julgar se o jornal pode ser considerado uma fonte de pesquisa fidedigna. Isto é, como a informação está sendo disponibilizada pela instância de produção, considerando desde a entidade produtora e seu grupo de trabalho (atores) até a recepção. (CONSTANTE; BARICHELLO, 2018, p. 83).

Neste caminho não basta apenas ater-se à compreensão generalista de patrimônio, aquele ligado à ideia de herança, proveniência e respeito ao passado ou simplesmente algo tido como de valor histórico sob um leque de critérios. Embora seja muito comum o uso desta perspectiva para que determinadas fontes documentais sejam concebidas como patrimônio.

O patrimônio cultural é um elemento de caracterização sociocultural, de reconhecimento de identidade de determinado grupo de indivíduos, podendo ser material ou imaterial. Tal diferenciação é explicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de modo que se entende o patrimônio material como sendo:

[...] por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, **documentais**, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s.d., grifo nosso).

Já o patrimônio imaterial é explicado também pelo IPHAN remetendo-se:

[...] àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). [...] O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à

diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s.d.).

Miranda explicita o caso do Brasil, em que o patrimônio cultural é referido na Constituição Federal de maneira bastante abrangente:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, art. 216).

No viés abrangente dado pelo texto da Constituição Federal encontra-se englobado o patrimônio documental, pois a produção de documentos desempenha a importante tarefa de registrar ações para fins jurídicos e, cumprida esta finalidade, e com a devida aplicação da gestão documental, tais acervos podem ser considerados como de grande relevância para a memória social ou institucional (cf. RODRIGUES, 2015).

Tais conjuntos documentais consolidam-se, assim, como patrimônio documental, ou seja, são “documentos que constituem acervo e fonte de comprovação de fatos históricos e memoráveis” (MIRANDA, 2006, p. 67).

Diante do exposto, percebe-se que declarar um acervo documental como patrimônio, e consequentemente como fonte primária, perpassa uma série de procedimentos técnicos e funções arquivísticas inerentes à gestão documental, desde a produção do documento até a sua destinação final, eliminação ou guarda permanente. No caso de conjuntos documentais fadados à preservação, estes são formalmente declarados como de valor histórico a partir do processo de avaliação e seus instrumentos formais.

Contudo, nem sempre a aplicação destes critérios é possível, e é justamente nestes casos que reside a necessidade de vislumbrar determinados conjuntos documentais como patrimônio e, por conseguinte, fontes primárias. Nestes casos, leva-se em consideração como critérios para atribuição de valor histórico e patrimonial a potencialidade de determinados acervos documentais serem de interesse público e cultural, além de perpetuarem a memória coletiva, seja ela institucional ou social.

No tocante aos jornais enquanto documentos arquivísticos, Constante e Barichello consideram que a origem e a utilização dos mesmos devem ser levadas em consideração.

Partindo de sua origem, o jornal como produto resultante da atividade-fim de uma empresa jornalística, é conceituado como documento arquivístico no arquivo corrente e, se relevante ao pesquisador, é considerado um patrimônio documental em instituições de memória (arquivo permanente). É passível, portanto, de ser utilizado como fonte de pesquisa.

Por ser um patrimônio documental é crescente o emprego da fonte jornal em pesquisas e, consequentemente, interesse de acumulação em instituições de memória, sejam exemplares antigos, recentes ou mesmo de empresas que encerraram suas atividades. Mas, em razão de suas peculiaridades intrínsecas e extrínsecas é mantido como uma coleção, tratamento documental realizado pela biblioteca. (CONSTANTE; BARICHELLO, 2018, p. 100).

As autoras ainda perscrutam os jornais como objetos de estudo específico de cotidiano e mentalidades do passado e, por ser de interesse público deve estar sujeito ao processamento técnico como documento para fins de preservação e acesso.

Assim, valendo-se de jornais como fontes primárias, tanto cuja valoração tenha sido consolidada mediante quesitos arquivísticos ou puramente por apelo memorial, o historiador será o



responsável pelo seu uso, conferindo estatuto científico e distinguindo o perdurável do efêmero, relatando os fatos encontrados e dando sentido aos mesmos com propósito (cf. RIOUX, 1999). Desta forma fica evidenciado o papel da imprensa e o do pesquisador, pois a primeira tem o presente como seu objeto, enquanto o segundo busca descrever o passado.

Mouillaud descreve a atualidade como sem memória, isto é, o tempo presente, em que o objeto da imprensa é produzido não se vale de valor histórico pelo fato de a mesma estar ligada à mesma época. No tocante à imprensa, os fatos se renovam e acabam por apagam-se uns aos outros. O papel do historiador neste contexto é constituir a memória a partir de uma rigorosa seleção de fontes nos arquivos, identificando questões preponderantes do passado e reescrevendo-o, pois “se a coleção não se constitui memória para o leitor, ela pode se constituir arquivo para o historiador” (MOUILLAUD, 2012, p. 95).

Conforme sintetiza Zilberman, as fontes primárias estabelecem uma história. Não “a história”, mas “uma história”. Este pressuposto assinalado pela autora remete à subjetividade inerente à interpretação do pesquisador, seu entendimento e reconstrução.

Logo, tendo como premissa o uso de documentos como fontes primárias, é necessário ater-se aos conceitos que permeiam a entidade documental e sua valoração, já que o que se busca é uma ponte entre a origem e a atualidade, prescrevendo, quase sempre uma trajetória permeada, entre outros fatores, pela cronologia.

No âmbito desta abordagem, voltada às fontes primárias para a historiografia, esta premissa também é válida, dada a riqueza do corpo documental presente nas bibliotecas enquanto instituições. Tal documentação, mesmo quando à margem da gestão documental, encerra em si a relevância institucional e social necessária à sua consolidação como veículo de memória.

No tocante à imprensa periódica e sua infinidade de publicações, o mesmo raciocínio é possibilitado pela ampla gama de instrumentos à serviço da pesquisa, permitindo ao historiador o incremento necessário para atestar seus vislumbres de determinada época a partir de mais uma lente além daquelas estritamente formais oferecidas pelos documentos tradicionais.

Neste sentido, tendo-se o entendimento dos conceitos que orbitam o documento, sua potencialidade patrimonial e sua amplitude informacional, é possível compreender também a dimensão das fontes primárias e seu uso para a construção da história.

Contudo, o uso destas fontes está fadado à excelência somente mediante à garantia de acesso. Para Le Goff, o que transforma o documento em monumento é a sua utilização para o poder. Esta premissa é compartilhada por Derrida (2001), que reflete que o arquivo significa poder, e organiza a história dentro de seus próprios interesses, a fim de promover determinadas consequências, sejam elas sociais ou políticas. Mas sabe-se que o arquivo por si só não é capaz de atuar nestas frentes sem a figura humana, e o esquecimento e o apagamento da memória, de que trata o autor, somente ocorrerá sem o acesso aos arquivos.

## Referências

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 fev. 2018.
- BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. In: *Revela – Periódico de Divulgação Científica da FALS*. Ano IV, n. VIII, jun. 2010. Disponível em: [http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4\\_ed08.pdf](http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf). Acesso em: 1º fev. 2018.
- CONSTANTE, Sonia Elisabete; BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. O jornal como documento/monumento para a recuperação e preservação da memória numa visão interdisciplinar. In: BARBIERO, Danilo Ribas; PEDRAZZI, Fernanda Kieling (Org.). *Caderno de Arquivologia 3*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018. p. 81-106.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. *Introdução à arquivologia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio imaterial*. Brasília: [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospegoais>. Acesso em: 4 fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Patrimônio material*. Brasília: [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 4 fev. 2018.
- KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. In: *Historiæ*. v. 1, n. 3, p. 131-147, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida Moreno. *Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: EDUEL, 2008.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UnB, 2012. p. 67-100.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2012.
- RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes; TETARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 119-126.
- RODRIGUES, Mateus de Moura. *Repositório arquivístico digital confiável para o patrimônio documental oriundo do processo judicial eletrônico*. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.
- SILVA, Maria Celina de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do MAST. In: *MAST Colloquia Vol. 10: Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_mast\\_colloquia/pdf/mast\\_colloquia\\_10.pdf](http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_10.pdf). Acesso em: 3 fev. 2018.
- ZILBERMAN, Regina. Periódicos literários e fontes primárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM PERIÓDICOS LITERÁRIOS BRASILEIROS, 1º, 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2003. CD-ROM. p. 1-8.

Recebido em: 23 jul. 2020.

Aprovado em: 24 set. 2020.